

Associação Portuguesa de Sociologia



**Exame Nacional do
Ensino Secundário**

**Prova Escrita de
Sociologia**

1ª FASE – 2005

Grupo II

1. A grande particularidade ou especificidade da investigação em Sociologia, tal como noutras Ciências Sociais (a Antropologia ou a Psicologia Social, por exemplo), prende-se com a reflexividade e capacidade de interpretação simbólica por parte dos agentes sociais ou “sujeitos”, como lhes chama Maria Manuel Vieira Fonseca no excerto transcrito – capacidades essas que são constituintes estruturais das acções, relações e instituições sociais. De facto, investigar em Sociologia é, na esmagadora maioria das vezes, interagir com outros seres humanos socialmente situados. Mas a investigação científica das relações sociais e dos sistemas de relações sociais não se queda por este “momento particularmente intenso” de encontro com os tais “sujeitos”. No âmbito geral do método científico, segue-se um conjunto de etapas articuladas de investigação e análise que começam por um questionamento de natureza teórica sobre um problema sociológico. É nesse sentido que a autora fala de “uma questão de partida e de uma problemática teórica geradora de interrogações, suspeitas e hipóteses”, ou seja, é trabalhando criticamente sobre o conhecimento acumulado de uma área disciplinar (conhecimento teórico e empírico), através, nomeadamente de pesquisa de bibliografia especializada, que o sociólogo consegue desenvolver um questionamento analítico sobre um problema de conhecimento das relações sociais, assim sistematizando o seu objecto de estudo (o referido problema sociológico) e propondo o tal “modelo de análise”, onde articula explicativamente conceitos referentes a processos sociais (embora tal não seja necessariamente feito segundo os cânones de uma causalidade linear). Só dotado de tal “modelo de análise” do problema sociológico que se propõe abordar, pode então o sociólogo avançar para a construção de instrumentos técnicos de observação/construção de dados significativos para a sua problemática teórica. Estes instrumentos técnicos implicam, na maioria das vezes, a referida interacção com os agentes envolvidos nos fenómenos sociais a investigar. O contacto com esses agentes é particularmente importante, não só porque aí, nesse momento ou etapa de investigação, se recolhem os dados sobre os quais se trabalhará, mas também porque nesse confronto com a realidade empírica, tal como é vivida pelos seus protagonistas reais, há lugar para revisões críticas do próprio objecto de estudo e seu modelo de análise (algo que deve ser sempre feito a par de uma discussão com o conhecimento acumulado na bibliografia especializada), daí a autora caracterizar também este momento, no qual o “investigador [está a] mergulhar no terreno”, como sendo particularmente “criativo”. É deste “mergulho”, produtor de resultados empíricos sociologicamente relevantes, que pode então o investigador averiguar a validade das hipóteses teóricas definidas no seu modelo de análise e chegar a conclusões sobre o problema de conhecimento da realidade social que se propôs desvendar (as tais “perplexidades que o intrigam” nas palavras da autora citada), assim, se tudo correr bem, avançando na discussão crítica e, em consequência, avançando para novos problemas e questões, previamente ocultos ou mesmo inexistentes.

2. A utilização do inquérito por questionário tem por objectivo, na maioria das vezes, o estudo de fenómenos que atingem populações extensas e numerosas. Para tal impõe-se a opção por um questionamento o mais padronizado possível que permita a comparabilidade das respostas, bem como o seu tratamento estatístico. O carácter padronizado do questionamento é, assim, atingido pela utilização de questões fechadas, uma vez que estas, por consistirem em perguntas o mais claras e precisas possíveis (logo, onde se pretende a diminuição da variabilidade dos sentidos interpretativos) e num leque finito, definitivo e exaustivo de respostas mutuamente exclusivas, permitem não só a agregação e comparação estatística dos resultados obtidos, como também o tratamento e análise estatística das

diversas variáveis ou indicadores resultantes, deste modo possibilitando a generalização dos resultados e conclusões estatisticamente fundamentadas e sociologicamente relevantes para o universo populacional em questão (tenha sido este alcançado através de amostragem ou de inquirições censitárias). Se estas técnicas extensivas se adequam melhor a investigações que privilegiam a análise quantitativa, é verdade que a utilização de formas mais qualitativas de questionamento não está, à partida, afastada aquando da utilização de inquéritos por questionário. De facto, é possível e até potencialmente vantajoso que, para algumas áreas ou questionamentos específicos (particularmente aqueles onde o conhecimento sobre as possibilidades de resposta é parco, ou onde se pretende alcançar uma maior profundidade ou variabilidade nas respostas individuais), se apliquem questões abertas, embora estas, num inquérito extensivo, devam, por regra, ser utilizadas parcimoniosamente. A formulação de questões abertas em inquérito por questionário, devendo obedecer ao mesmo princípio de clareza e precisão das perguntas (até porque não há lugar, ao contrário de outras técnicas de investigação, como a entrevista ou a observação participante, a possibilidade de explicação adicional do questionamento – o que, a acontecer, introduziria variabilidades excessivas no entendimento da própria pergunta consoante a interacção específica entre inquiridor e inquirido), caracteriza-se pela inexistência de um conjunto de respostas pré-dadas dentro das quais o inquirido deve fazer a sua escolha. Neste sentido, pretende-se, ao dar uma maior liberdade ao inquirido de construir a sua resposta, trazer ao de cima as categorias e narrativas próprias dos sujeitos questionados. É claro que, no âmbito da aplicação de inquéritos por questionário para tratamento estatístico, mesmo estas respostas abertas serão objecto de categorização ou tipologização (pela agregação de respostas relativamente semelhantes consoante os objectivos teóricos e analíticos da investigação em causa), assim se perdendo parte relevante da sua profundidade subjectiva, mas ganhando-se, por outro lado, a possibilidade de tratar estatisticamente (e, portanto, generalizar indutivamente) um conjunto de respostas emanadas directamente da consciência dos inquiridos.

Grupo III

1. Todas as relações sociais e sistemas de relações sociais são relativos, no sentido em que são o resultado de processos relacionais historicamente situados levados a cabo por sujeitos dotados de capacidades de representação e interpretação simbólica (sem que as relações sociais e o seu devir histórico sejam, necessariamente, o resultado da sua consciência ou vontade). Neste sentido, “a lei” não é igual em todos os lados, como acaba por reconhecer Miguel Sousa Tavares no excerto transcrito, já que as regras e normas, as representações sociais, os valores e os padrões comportamentais institucionalizados em determinado espaço social são o resultado, exclusivamente, dos processos contextuais de relacionamento social desse espaço social específico (sendo de ter em consideração que os sistemas sociais são sistemas abertos e portanto em interacção com “outros” espaços sociais). Quer isto dizer que as maneiras de ser, fazer e pensar que são dominantes num determinado espaço e tempo sociais variam consoante os âmbitos e histórias específicas de relacionamento social. Daí que o autor afirme que “as éticas são evolutivas: o que hoje é normal, amanhã será horrendo, e o que hoje é crime, amanhã será banal”. É esta variabilidade das formas culturais e sociais que leva, no âmbito dos esforços científicos de explicação e compreensão do mundo social, à utilização do instrumento teórico-metodológico (no que diz respeito à produção de conhecimento científico) do relativismo cultural, que nada mais é do que a aceitação da variabilidade contextual dos modelos ou sistemas sociais e culturais, ou seja, do seu particularismo, acompanhada por uma vigilância (teórica,

metodológica e técnica) dos processos de investigação e análise impeditiva e preventiva da queda em explicações etnocêntricas, isto é, explicações ou visões sobre o “outro” (aquele, individual ou colectivo, que apresenta diferenças sociais e culturais face ao investigador porque, parcial ou globalmente, participa de um contexto social diferente) que o discriminam, seja porque se parte de uma concepção liminar da inferioridade ou desvio dos padrões culturais diferentes dos próprios, seja porque não se consegue entender e explicar os padrões culturais dos outros sem ser pelo recurso a categoriais explicativas cuja génese social é estranha ao contexto analisado, antes decorrendo do contexto social do analista. Quando se cai neste erro, o do etnocentrismo (em última análise, o do racismo seja qual for a sua variedade), está o investigador, tenha disso consciência ou não, a tentar impor o seu sistema de valores, assim diminuindo o “outro” e valorizando o seu grupo, sociedade ou cultura de pertença. Tal é referido pelo autor citado quando nos dá os exemplos (que não são exemplos de actividade científica) de Colombo na conquista das Américas ou o do suserano português na colonização da África Austral. Nestes exemplos, os “outros” são respectivamente Moctezuma (que foi preso por Cortés e não por Colombo) e Gungunhana, cujos direitos, socialmente enraizados na história específica das suas sociedades e culturas, foram considerados irrelevantes pelos protagonistas dos processos de dominação colonial europeia. Para que a Sociologia não sirva de instrumento de dominação de uns sobre outros, assim atraído a sua vocação e carácter científico que almeja a universalidade máxima do conhecimento produzido, deve então relativizar os padrões culturais e sociais de um dado espaço social à história específica desse espaço, desenvolvendo conceitos e teorias que não se inscrevam nos limites das formas de organização social da sociedade de onde provém o cientista.

2. O penúltimo Rei de Portugal, D. Carlos I, referido no pequeno excerto de Miguel Sousa Tavares, apresentava aquilo a que alguns sociólogos apelidam de “estatuto atribuído”, no sentido em que a sua condição social simbolicamente definida, correspondendo a um conjunto vasto de direitos e recursos, constituía um privilégio de nascimento, no âmbito da maioria dos sistemas de sucessão das monarquias europeias, ou seja, era a pertença do indivíduo referido a uma linhagem aristocrática, que tinha alcançado posição dominante nas estruturas e hierarquias de poder e recursos (materiais e simbólicos), que lhe permitiu aceder à posição de Chefe de Estado hereditário, por ser filho mais velho sobrevivente do anterior monarca. Assim, o seu estatuto não resultou de acções levadas a cabo pelo próprio D. Carlos I ao longo da sua trajectória de vida (tal seria um estatuto adquirido), sendo antes o resultado da sua pertença a um grupo de parentesco linhagístico. Note-se, no entanto, que a trajectória de vida do referido monarca, no âmbito da conflituosidade social e política de inícios do século XX em Portugal, levou ao regicídio e posterior revolução republicana, querendo isto dizer que mesmo os estatutos atribuídos, para que se mantenham reconhecidos com legitimidade, não prescindem de acções estratégicas (com consciência disso ou não) de manutenção da condição social.

3 Os processos de socialização, através dos quais os agentes sociais (num conjunto muitíssimo diversificado de práticas explícitas e implícitas) desenvolvem a sua identidade e incorporam o contexto social específico em que se encontram e participam, assim interiorizando os padrões culturais e comportamentais alargados da sociedade em que vivem, não podem ser desligados do facto de que todos os espaços sociais se apresentarem como espaços de diferenciação e desigualdade sociais, onde se cruzam múltiplas hierarquias simbólicas e materiais. Neste sentido, os processos de socialização (logo, de incorporação) tendendo, embora não automática nem mecanicamente, para a manutenção e reprodução das condições específicas onde ocorrem (e que estão na sua origem), contribuem para a

interiorização, por parte dos agentes sociais, de esquemas de acção, cognição e representação simbólica que favorecem a manutenção da ordem social instituída, assim favorecendo também a reprodução das desigualdades sociais nela inscritas estruturalmente. Deste modo, os agentes tendem para a aceitação naturalizante e legitimadora dessas desigualdades, aí incluindo a sua posição social específica (no âmbito dos espaços estruturais de diferenciação relacional, particularmente, no caso das sociedades modernas desenvolvidas, aqueles decorrentes das modalidades de apropriação dos recursos económicos e escolares) ou, pelo menos, para a aceitação dos mecanismos institucionalizados de desigualdade social, mesmo que não se aceite a posição relativa própria. Note-se, no entanto, que se assim acontece na maioria dos casos, nem sempre assim acontece, podendo, no âmbito das lutas e conflituosidades sociais decorrentes da própria desigualdade, emergir um conjunto articulado de posição (sociais e simbólicas) de contestação da própria ordem social instituída, propondo tais agentes sociais uma espécie de contra-ordem social, muitas vezes definida por antinomia face ao que pretendem subverter.

4. As elites constituem categorias ou grupos sociais que, num dado espaço social historicamente situado, ocupam uma posição social relativamente dominante, seja qual for o tipo de apropriação e de recursos (económicos, culturais, simbólicos, sociais, etc.) que garantem tal posição. Neste sentido, as elites exercem mais poder sobre o conjunto do espaço social do que grupos ou categorias populacionais desprivilegiadas ou excluídas, detendo, nomeadamente, maior capacidade de definição simbólica e normativa (acompanhada, muitas vezes dos recursos ou capacidades materiais para a imposição dessas definições), capacidade essa, em regra, legitimada ideologicamente e relativamente aceite pelo conjunto da população em virtude dos próprios processos de dominação. Em consequência, as elites desempenham, muitas vezes, papéis estratégicos centrais nos processos de mudança ou reprodução social. Note-se, contudo, que o papel das elites e a sua acção não podem ser desligados do todo relacional em que se inscrevem e impõem como dominantes. Assim, é na relação entre as diversas categorias sociais, no contexto de espaços estruturais de desigualdade, que se devem procurar as lógicas (de subversão ou conservação da ordem social instituída) de funcionamento dos sistemas de relações sociais e do que neles se vai produzindo e definindo.